

## **De olho na qualidade**

*Fabiano Curi*

Ministério da Educação aperta o cerco e vai conferir de perto a estrutura oferecida pelos cursos a distância. Medidas acirram as críticas à estrutura dos pólos presenciais de algumas instituições.

Com declarado rigor fiscalizador, a Portaria Normativa publicada pelo Ministério da Educação no início do ano para regular a Educação a Distância no Brasil levantou a questão sobre a qualidade do ensino prestado por algumas instituições. Preocupado com a expansão de oferta do setor, o Ministério decidiu acompanhar de perto a estrutura oferecida pelos pólos de apoio presenciais. O assunto é ponto de crítica também entre profissionais e estudiosos do tema.

O secretário de Educação a Distância, Ronaldo Mota, confirma que as recentes mudanças na legislação tiveram a preocupação de melhorar a qualidade da estrutura oferecida aos alunos. "Havia necessidade de alguns ajustes. E um dos ajustes era referente aos pólos de apoio presencial para a educação a distância. Esse não é só um problema no Brasil, mas um problema internacional", defende. Mota esclarece que, pela nova regulamentação, o pólo passa a ser entendido como uma extensão da instituição que ministra o curso. "Os pólos devem ter não só a aparência, mas a essência educacional."

O Ministério da Educação considera que a proliferação da educação a distância fez com que algumas instituições se aproveitassem para expandir seus cursos, abrindo pólos em qualquer lugar e em condições muito abaixo de padrões satisfatórios para a criação de um ambiente educativo. "Algumas instituições proliferaram pólos supondo a não supervisão", diz o secretário. O Ministério, então, não esperou que a livre concorrência defendida por alguns determinasse a sobrevivência dos cursos sérios e o fechamento dos aproveitadores, centralizou o controle prometendo marcação cerrada para conter abusos. Uma das armas é a abrangência da avaliação. "Ao contrário do que estava sendo feito até agora, por amostragem, agora será feito in loco, pólo a pólo", garante Mota.

O secretário justifica que, no Brasil, o Ministério tenta enfrentar o problema da heterogeneidade do setor. "Algumas instituições têm muita qualidade de recursos humanos e de equipamento em suas sedes, no entanto, no pólo, não conseguem garantir as mesmas condições no processo de aprendizagem."

Entre os mantenedores existe a versão de que as novas regras têm alvos mais específicos, ou seja, instituições que criaram pólos em demasia e, mais do que isso, entraram em rota de colisão com outras escolas tradicionais em determinados mercados, principalmente de outros Estados.

Mota nega essa inclinação da Portaria. "Dirigentes do setor privado normalmente reclamam da ação de outras instituições no seu Estado", argumenta. "Na educação a distância, isso é inevitável, pois as fronteiras se rompem."

Responsável pelos cursos de Ensino a Distância da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), Luciano Sathler credita a crise à expansão descontrolada de pólos de apoio. "Está havendo um crescimento assustador. Muitas instituições, de fato, não primam pela qualidade."

Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (Abraeducação a Distância), quase 1,3 milhão de brasileiros passaram por algum curso dessa modalidade em 2005; pouco mais de 500 mil estavam em instituições autorizadas, quase 200 mil a mais do que no ano anterior. Essas escolas também aumentaram de 166 para 217 e foram criados 321 cursos naquele ano, muito mais que os 56 novos de 2004. Os dados de 2006 ainda não foram divulgados, mas devem continuar direcionados para o crescimento.

Para Sathler, um bom curso de educação a distância deve ter flexibilidade de tempo, de espaço e interação individualizada. "Muita gente tem a ênfase na tecnologia e não no ser humano, mas investir em gente é mais difícil."



Para o diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Waldomiro Loyolla, o problema envolve também a forma de transmissão do conhecimento. "Uma tendência forte na educação a distância no Brasil tem sido a transmissão via canal fechado de televisão. É muito fácil criar um pólo, basta ter uma antena e um decodificador para pegar a aula." Para ele, isso acabou propiciando o desenvolvimento de cursos de baixa qualidade. "Havia uma reclamação de que algumas instituições estavam criando pólos de maneira indiscriminada, ou seja, uma sala com uma televisão onde o aluno ia assistir às aulas sem suporte nenhum."

**Sathler, da Umesp:  
investir em gente é  
mais difícil**

No final das contas, o discurso da Secretaria coloca a importância da valorização da educação a distância como um modelo que deve ser respeitado e que todos têm a perder se cursos precários se propagarem. "Um aluno de educação a distância tem de ser entendido como um aluno regular. Para efeito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ele terá exatamente o mesmo peso do aluno que estuda na sede", ressalta Reinaldo Mota. Para isso, observa o secretário, é fundamental que as estruturas dos pólos conttenham bibliotecas, tecnologias acessíveis a todos os estudantes, orientadores acadêmicos presenciais e, dependendo do curso, laboratórios.

O chefe do departamento de economia e administrador pedagógico dos softwares de ensino a distância na ESPM-SP, José Francisco de Moraes, não acredita nesse discurso para um curso a distância na graduação. "Nós não temos nenhuma segurança de que um curso a distância teria a mesma qualidade que um presencial."

Ele cita a idade do aluno como um problema básico. "O aluno que não tem maturidade não tem disciplina." Além disso, lembra que em muitos cursos a interação com os colegas e os trabalhos em grupo são fundamentais. Moraes está ciente da importância do formato para se chegar a localidades remotas e para integrar pessoas sem acesso à educação, mas não vê a instituição onde trabalha oferecendo cursos de graduação. Isso, na opinião dele, significaria menos qualidade de ensino e, conseqüentemente, afetaria a imagem tradicional da ESPM.

Dessa forma, para ele, a educação a distância pode servir bem como suporte para o ensino presencial. "Eu sou fã de educação a distância. Acredito que possa funcionar como complementação do ensino presencial. Os alunos podem fazer tarefas, aulas de reforço e exercícios on-line para atingirem um nível mínimo necessário para o prosseguimento do curso."



**Secretário Ronaldo  
Mota: falta melhorar o  
processo de  
aprendizagem**

Ainda que a educação a distância não seja recente no Brasil, o desenvolvimento tecnológico e a possibilidade do uso de uma série de mídias no suporte ou no centro do ensino trouxe, além de questões relacionadas à regulamentação e ao controle das atividades das instituições públicas e privadas do setor, uma série de problemas que envolvem o projeto pedagógico e a cultura educacional de alunos e de educadores. E tem gente descontente.

O aluno do terceiro ano de ciências da computação da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, Fábio Nohara, critica a adoção de 20% da carga horária na modalidade semi-presencial. Não pelo modelo, garante ele, mas pela exclusividade do uso do modelo a distância. "Você tem um encontro semanal com o professor e nesse encontro é oferecido o material, o encaminhamento desse material e as propostas que serão entregues e discutidas na outra semana. A idéia é excelente, por você poder, por exemplo, em vez de ir à aula, dedicar-se à pesquisa", considera Nohara. "Mas o fato é que eles jogaram tudo na educação a distância e não no semi-presencial."

Por causa disso, Nohara move um processo contra a instituição pedindo a restituição das aulas para todos os alunos do curso e uma indenização por danos morais.

Segundo a Faculdade Carlos Drummond de Andrade, essa é a única ação movida contra seu modelo de ensino. "Nossa postura é de entender que a quebra de paradigma e a necessidade de adaptar-se às exigências de uma nova sociedade global provoca insegurança nas pessoas", afirma Carlos Alberto Vaz, coordenador-geral do Núcleo de Educação a Distância da Drummond (NEAD). Ele concorda que alguns alunos tiveram dificuldades iniciais de adaptação ao novo modelo, mas garante que já demonstram facilidade em lidar com o método.

Segundo o coordenador, a educação a distância está nos programas de graduação reconhecidos da Drummond. "Atualmente são 14 cursos, sendo quatro de bacharel e dez de tecnólogo", diz. A instituição, indica Vaz, pretende continuar investindo no setor. "Estamos preparando projeto de extensão, pós-graduação e graduação no modelo de ensino a distância", revela. E aponta o motivo. "Queremos estar lado a lado com as tendências de uma sociedade mundial no ensino a distância."

<b>Crescimento do número de instituições autorizadas pelo Sistema de Ensino (CNE e CEEs) a praticar EAD e de seus alunos, de acordo com levantamento do ABRAED (2004/2005)</b>			
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Crescimento (%)</b>
<b>Números de instituições autorizadas ou com cursos credenciados</b>	166	217	30,7
<b>Número de alunos nas instituições</b>	309.957	504.204	62,6

Uma das escolas que mais abriram pólos recentemente, a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), apóia a rigidez da regulamentação. "A Portaria é muito bem vinda, ela trouxe parâmetros que obrigam quem faz ensino a distância a ficar preocupado com a qualidade", acredita a pró-reitora de Educação a Distância da universidade, Sirlei Gomes.

Com mais de 600 pólos e 60 mil alunos de educação a distância em uma parceria com a Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino, que desenvolve a metodologia dos cursos, a Ulbra consegue manter as mensalidades baratas visando o aluno de baixa renda. Sirlei admite que existem problemas para administrar todos os pólos, mas garante que a instituição pretende minimizá-los com novas ações. "Teremos um diretor dos pólos e equipes em cada cidade para que façam avaliação e relatórios", assegura. Além disso, será criada uma diretoria de atendimento do aluno a distância. "Se o aluno tiver qualquer dificuldade, ele se manifesta e nós vamos averiguar."

**Fonte: Ensino Superior, a. 9, n. 102, p. 44-49, mar. 2007.**